



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE MATERIAIS



ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2019

Processo Administrativo nº 23090.033027/2019-31

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de grama esmeralda (Zoyzia Japonica) incluindo a preparação do terreno e o plantio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ITEM DE AMPLA CONCORRÊNCIA CORRESPONDENTE AO CÓDIGO 3031000011745- Fornecimento de GRAMA-ESMERALDA (zoyzia japonica) com preparo do terreno e plantio - A Grama Esmeralda (zoyzia japonica) deverá ser fornecida em tapetes, livre de plantas daninhas e/ou sintomas de doenças e/ou deficiências. Procedimentos para preparo do terreno e plantio: realizar a limpeza do local, com remoção de galhos, pedras, possíveis entulhos e demais detritos. Fazer a descompactação do solo, eliminando os torrões. Sendo necessário colocar terra de boa qualidade para efetuar o nivelamento do terreno (o fornecimento e transporte da terra, quando necessário, serão de responsabilidades da UFLA). A adubação deverá ser feita com superfosfato simples (responsabilidade do fornecedor), 200 g/m² antes do plantio, deixando o terreno nivelado com 5 cm abaixo dos caminhos, canteiros e pisos pavimentados. Sobre o solo, ligeiramente úmido, fazer a distribuição das placas de grama e, logo após irrigar suavemente e efetuar a "soca" com soquetes de madeira. Realizar a cobertura com areia grossa preenchendo as juntas (calafetação). Irrigação durante o plantio. Efetuar o estaqueamento quando necessário. Ao finalizar proceder à limpeza geral da área, inclusive passeios, passarelas e avenidas. A retirada (transporte) dos entulhos, etc serão de responsabilidade da UFLA.	69558	M²	15.000	R\$ 14,10	R\$ 211.500,00
2	ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - Fornecimento de GRAMA-ESMERALDA (zoyzia japonica) com preparo do terreno e plantio - A Grama Esmeralda (zoyzia japonica) deverá ser fornecida em tapetes, livre de plantas daninhas e/ou sintomas de doenças e/ou deficiências. Procedimentos para preparo do terreno e plantio: realizar a limpeza do local, com remoção de galhos, pedras, possíveis entulhos e demais detritos. Fazer a descompactação	69558	M²	5.000	R\$ 14,10	R\$ 70.500,00

do solo, eliminando os torrões. Sendo necessário colocar terra de boa qualidade para efetuar o nivelamento do terreno (o fornecimento e transporte da terra, quando necessário, serão de responsabilidades da UFLA). A adubação deverá ser feita com superfosfato simples (responsabilidade do fornecedor), 200 g/m <sup>2</sup> antes do plantio, deixando o terreno nivelado com 5 cm abaixo dos caminhos, canteiros e pisos pavimentados. Sobre o solo, ligeiramente úmido, fazer a distribuição das placas de grama e, logo após irrigar suavemente e efetuar a "soca" com soquetes de madeira. Realizar a cobertura com areia grossa preenchendo as juntas (calafetação). Irrigação durante o plantio. Efetuar o estaqueamento quando necessário. Ao finalizar proceder à limpeza geral da área, inclusive passeios, passarelas e avenidas. A retirada (transporte) dos entulhos, etc serão de responsabilidade da UFLA.					
---	--	--	--	--	--

**1.2.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**1.3.** Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

**1.4. No caso de exercício de atividade relacionada a sementes e mudas será exigido o RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudas), segundo o disposto no art.8º da Lei nº 10.711 de 05 de agosto de 2003 e conforme o Decreto nº 5.153 de 23 de julho de 2004.**

**1.5.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da homologação.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** O pedido de compras constante às fls. 02 refere-se ao fornecimento de grama Esmeralda (Zoyzia Japonica) incluindo a preparação do terreno e o plantio.

**2.2.** A Pró-Reitoria de Infraestrutura e Logística tem por finalidade propor e desenvolver atividades relacionadas a obras, manutenção em geral, adequação e reparo de infraestrutura, segurança, saúde comunitária, meio ambiente, transportes e logística, organização e manutenção dos espaços de aprendizagem acadêmica, serviços de limpeza, urbanização e paisagismo da Universidade Federal de Lavras - UFLA.

**2.3.** O setor de urbanização e paisagismo visando desenvolver suas atividades tem por objetivo a criação de jardins e áreas verdes ao entorno das novos prédios bem como a manutenção dos jardins e áreas verdes já existentes no campus universitário.

**3.** Com fulcro no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013 a adoção do Sistema de Registro de Preços neste certame licitatório se justifica tendo em vista ser conveniente que o fornecimento ocorra de forma parcelada uma vez que o Almoxarifado Central não dispõe de espaço físico suficiente de forma que consiga armazenar adequadamente esse tipo de bem. Nesse sentido, levamos em consideração que a forma inadequada de armazenamento poderá danificar o objeto adquirido. E, visando evitar prejuízos ao erário é mais adequado que a entrega seja feita somente nos períodos programados pelo setor de urbanização e paisagismo da instituição.

#### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**4.1.** Os objetos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

#### **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, na Diretoria de Materiais e Patrimônio, localizada no *Campus* Universitário, que poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais da Universidade, com todas as despesas pagas pelo licitante vencedor.

**5.1.1.** Deverão os licitantes vencedores do certame comunicar à UFLA, por intermédio da Diretoria de Materiais e Patrimônio, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder ao vencimento do prazo de entrega dos itens adjudicados, a impossibilidade do cumprimento do fornecimento, informando os motivos correlatos.

**5.1.2.** Para fins de prorrogação do prazo de entrega, só serão analisados, pela autoridade competente, os pedidos solicitados formalmente antes de findado o prazo fixado, nos termos do art. 57, §1º e 2º da Lei 8.666/93. Pedidos solicitados após o término do prazo de entrega não serão analisados.

**5.2.** Os bens serão recebidos provisoriamente pela Diretoria de Materiais e Patrimônio, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5.3.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do licitante vencedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.3.1.** Caso a substituição não ocorra no prazo definido no item anterior, estará o licitante vencedor incorrendo em atraso na entrega, sujeito à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

**5.4.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**5.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1.** São obrigações da Contratante:

**6.1.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**6.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**6.1.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**6.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**6.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**6.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**7.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, no que couber;

**7.1.1.1.** todos os objetos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo do objeto da contratação, exceto se especificado diferente na descrição do item, prevalecendo o prazo que for maior;

**7.1.1.2.** a garantia dos produtos é aplicável aos defeitos de fabricação ou de funcionamento e aos problemas relacionados à instalação do produto de responsabilidade do licitante vencedor;

**7.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, preferencialmente nas dependências da UFLA;

**7.1.3.1.** a Contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a solicitação formal da assistência técnica por parte da unidade solicitante da UFLA, para realizar a manutenção corretiva, sem ônus para a UFLA;

**7.1.3.2.** caso os produtos apresentem qualquer defeito durante o período em garantia, quaisquer ônus com materiais, peças ou componentes substituídos, supervisão técnica e/ou operacional, transporte, diárias e demais despesas decorrentes da prestação do serviço correrão por conta da Contratada;

**7.1.3.3.** caso necessário, a Contratada se responsabilizará pelo envio e acompanhamento dos produtos junto aos respectivos fabricantes, sendo que, quaisquer ônus com transporte, diárias e demais despesas decorrentes da prestação do serviço correrão por conta da Contratada;

**7.1.4.** comunicar à Contratante, por meio da Diretoria de Materiais e Patrimônio, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**7.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**10.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**10.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**10.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**10.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**10.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**10.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**10.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,

para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**10.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**10.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**10.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1.** Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores da UFLA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais, nos seguintes casos:

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas	Detalhamento da conduta praticada
Cometer fraude fiscal.	Impedimento de licitar e contratar com quaisquer	<b>Rol exemplificativo:</b> Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;

	órgãos/entidades da União, pelo prazo de 40 (quarenta) meses.	Omitir informações em suas notas fiscais ou de outrem; Falsificar ou alterar quaisquer notas fiscais.
Apresentar documento falso.	Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.	<b>Rol exemplificativo:</b> Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório; adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade. Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade.
Comportar-se de modo inidôneo.	Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.	<b>Definição:</b> Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; prestar informações falsas; apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações. <b>Rol exemplificativo:</b> Praticar atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo. Participação, na licitação, de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente, a qual será constatada mediante a verificação dos quadros societários, objetos sociais e/ou endereços, da empresa participante e da penalizada anteriormente. Declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
Não celebrar o contrato ou a Ata de Registro de Preços ou não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento do direito de licitar e contratar com quaisquer órgão/entidades da União pelo período de 4 (quatro) meses.	<b>Rol exemplificativo:</b> Recusar-se ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da sua proposta. Recusar-se ou deixar de receber a Nota de Empenho referente à Ata de Registro de Preços.
Deixar de entregar a documentação exigida no certame.	Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de até 2 (dois) meses.	<b>Rol exemplificativo:</b> Deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo edital de licitação; Recusar-se ou deixar de enviar a proposta via Sistema Comprasnet ou remessa postal; Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela UFLA, durante a análise da

		<p>proposta;</p> <p>Deixar de manter as condições de habilitação e endereço atualizado no SICAF.</p>
Não manter a proposta.	<p>Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo período de 4 (quatro) meses.</p>	<p><b>Definição:</b></p> <p>Considera-se não manter a proposta a ausência de envio desta, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.</p> <p><b>Rol exemplificativo:</b></p> <p>Não manter sua proposta ou solicitar o cancelamento do lance depois de finalizada a etapa de disputa ou, ainda, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Edital e seus Anexos;</p> <p>Recusar-se ou deixar de enviar documentos necessários à análise da proposta, previstos no Edital;</p> <p>Desistir expressamente de sua proposta, após a abertura da licitação.</p>
Ensejar o retardamento da execução do certame.	<p>Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo período de 4 (quatro) meses.</p>	<p><b>Definição:</b></p> <p>Considera-se retardamento na execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou Ata de Registro de Preços.</p>
Falhar na execução do contrato.	<p>Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de 12 (doze) meses.</p>	<p><b>Definição:</b></p> <p>Considera-se falhar na execução contratual o inadimplemento de obrigação assumida pelo contratado.</p> <p><b>Rol exemplificativo:</b></p> <p>Recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens registrados;</p> <p>Atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo <b>superior a 30 (trinta) dias</b>;</p> <p>Entregar produtos ou prestar serviços com características diversas daquelas constantes de sua proposta (salvo se mediante devida comprovação quanto à equivalência em processo administrativo adequado e aprovado pela autoridade competente) ou na Ata de Registro de Preços, recusando-se ou deixando de substituí-lo no prazo fixado pela UFLA;</p> <p>Deixar de prestar garantia técnica a quaisquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido no instrumento convocatório.</p>



Fraudar na execução do contrato.	Impedimento de licitar e de contratar com quaisquer órgãos/entidades da União pelo prazo de 30 (trinta) meses.	<b>Definição:</b> Considera-se fraudar na execução contratual a prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública.
----------------------------------	--	---

**10.2.** Para além das sanções previstas no subitem anterior, o licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no mesmo dispositivo ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**10.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**10.2.2.** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**10.2.3.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**10.3.** Além do previsto nos subitens anteriores, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá aplicar ao licitante vencedor as seguintes penalidades, sem o prejuízo de outras e da responsabilidade civil e criminal:

**10.3.1.** multa de 0,1% (zero vírgula um por cento), por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida no descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia;

**10.3.2.** multa de 0,5 % (cinco décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, limitado a 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades;

**10.3.3.** multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no descumprimento das obrigações assumidas;

**10.3.4.** Para fins de base de cálculo para dosimetria da sanção de multa, a qual se sujeita o licitante/adjudicatário, consideram-se como parâmetros, a variar de acordo com o momento da ocorrência: o valor total da proposta; o valor remanescente da Ata de Registro de Preços; o valor da Nota de Empenho.

**10.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**10.5.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**10.5.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**10.5.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**10.5.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.6.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**10.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Lavras, 02 de outubro de 2019.

**JOÃO CHRYSOSTOMO DE RESENDE JUNIOR**  
**Pró-Reitor de Planejamento e Gestão**